



# **Prefeitura Municipal de Cerquillo**

## **PROCURADORIA JURÍDICA**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DE SÃO PAULO/SP**

**PROCESSO** : TC-00007190.989.20-2

**INTERESSADOS** : PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO  
: PREFEITO ALDOMIR JOSÉ SANSON (PERÍODO 01/01  
A 29/08/2021)  
: PREFEITO JOSÉ ROBERTO PILON (PERÍODO DE 30/08  
A 31/12/2021)

**ASSUNTO** : CONTAS DE PREFEITURA

**EXERCÍCIO** : 2021

**INSTRUÇÃO POR** : UR-09

**PROCESSO(S)  
DEPENDENTE(S)** : 00001243.989.21-7, 00007217.989.21-9

**MUNICÍPIO DE CERQUILHO**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 46.634.614/0001-26, com sede no Paço Municipal, situado na Rua Engº Urbano Pádua de Araújo, nº 28 – Centro – Cerquillo/SP, neste ato, por seu Procurador Municipal, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, interpor

### **RECURSO ORDINÁRIO**

acerca dos apontados por este E. Tribunal, o que faz expondo e requerendo o que segue:



# **Prefeitura Municipal de Cerquillo**

## **PROCURADORIA JURÍDICA**

### **I) DOS FUNDAMENTOS DE FATO E DE DIREITO: DO SUBSÍDIO DOS AGENTES POLÍTICOS**

Em relação aos subsídios dos Secretários Municipais e assemelhados tem-se que os valores recebidos foram pagos na forma de legislação vigente, que embora suscitada ao Ministério Público do Estado de São Paulo, **encontra-se vigente no ordenamento legal do Município desde o Exercício de 2004**, não pesando quaisquer apontamentos sob o tópico nas Contas Anuais apreciadas até então, o que demonstra a boa-fé dos Administradores que por aqui exercem ou exerceram seus mandatos.

Notem Excelências, que os valores recebidos pelos servidores públicos ocupantes de cargos de Secretário e assemelhados têm natureza alimentar, já que devidamente *tributados e pagos na forma de justa contraprestação pelos serviços prestados*, não havendo que se falar em má-fé como se manifesta o D. Ministério Público de Contas, isto porque, não possuem ascendência sobre a forma de cálculo instituído pela legislação levada ao conhecimento de V. Excelência, o que prova de forma límpida, **a boa-fé destes servidores públicos efetivos**.

Neste cotejo, o íncrito Tribunal, na análise dos autos do TC nº. 010666/989/20, das contas do Município de Colômbia, em que se pode aferir ter havido caso análogo ao apontamento aqui combatido, entendeu que os valores recebidos por servidores públicos ocupantes de cargos de Secretários atenderam o princípio da boa-fé, deixando de exigir a devolução dos valores, bem como, não aplicando qualquer sanção aos envolvidos.

Por fim Excelência, cumpre-nos informá-lo que, tomando conhecimento do apontamento realizado pela Fiscalização, o atual gestor José Roberto Pilon, agindo no dever de ofício e de modo a demonstrar o respeito aos entendimentos esposados por este i. Tribunal **determinou a adequação dos valores recebidos pelos Secretários e assemelhados ao teto estabelecido em Lei**, de modo a aguardar o deslinde do presente.

### **II) DO PEDIDO**

Diante de todo o exposto, requer, de Vossa Excelência, se digne, receba o presente Recurso Ordinário, e, no mérito lhe seja dado provimento, no sentido de reformar a r. sentença proferida, **julgando legais os valores recebidos por servidores públicos ocupantes de cargos de Secretários e assemelhados, em respeito ao princípio da boa-fé, deixando de exigir a devolução dos valores, bem como, não aplicando qualquer sanção aos envolvidos**, por medida de justiça!



# **Prefeitura Municipal de Cerquillo**

## **PROCURADORIA JURÍDICA**

Termos em que,  
P. deferimento.

Cerquillo/SP, *data do protocolo.*

**ANDERSON A. RODRIGUES**  
Procurador do Município